

FOLHA BANCÁRIA

Sindicato dos Bancários de Presidente Prudente e Região - CUT- Outubro de 2025 - Nº 894

AUDIÊNCIA NA CÂMARA DENUNCIA EPIDEMIA DE ADOECIMENTO ENTRE TRABALHADORES BANCÁRIOS

Audiência pública realizada na Comissão do Trabalho da Câmara dos Deputados abordou a grave situação de saúde mental dos trabalhadores e trabalhadoras do setor bancário, classificada como uma verdadeira epidemia de adoecimento, na terça-feira, 23/09. A iniciativa foi proposta pelo deputado federal Vicentinho e reuniu representantes do Ministério Público do Trabalho (MPT), do Ministério da Saúde, da Inspeção do Trabalho, da Federação Nacional dos Bancos (Fenaban) e de sindicatos da categoria.

Dados alarmantes apresentados durante a sessão revelam que o modelo de gestão dos bancos - marcado por metas abusivas, cobrança humilhante, vigilância digital e assédio moral e sexual - está diretamente associado ao sofrimento e afastamento dos empregados. Para a categoria, essas práticas violam a dignidade humana e destroem projetos de vida.

“O sofrimento dos bancários não é acidente ou desvio de conduta. São políticas empresariais planejadas, que fazem parte do modelo de negócio dos bancos. Um modelo que transforma seres humanos em números e que está destruindo vidas”, afirmou Mauro Salles, secretário de Saúde da Contraf-CUT.

Salles destacou ainda que o lucro bilionário das instituições financeiras não pode continuar sendo construído à custa de depressão, ansiedade, burnout, afastamentos e até suicídios. “Não podemos naturalizar o sofrimento dos trabalha-

dores como ‘custo do progresso’. Não pode haver impunidade para os bancos. Não pode haver anistia para quem lucra adoecendo trabalhadores. É hora de responsabilizar e exigir que o sistema financeiro respeite a dignidade humana, cumpra a lei e garanta condições de trabalho saudáveis”, completou.

Durante a audiência, a Fenaban continuou negando a realidade ao defender que o setor oferece boas condições salariais e benefícios, questionando a metodologia estatística que relaciona os afastamentos ao trabalho. Em contrapartida, representantes sindicais e especialistas reforçaram a necessidade de intervenção legislativa e medidas de prevenção primária para humanizar o trabalho e combater o assédio.

Ao final, o apelo foi unânime: garantir justiça e dignidade para os bancários e bancárias, responsabilizando os bancos pelas consequências de um modelo de gestão que adocece em massa.

INSS

Na mesma data, houve reunião com o primeiro-secretário da Câmara, deputado Carlos Veras (PT), na qual os representantes sindicais entregaram um documento solicitando a intermediação para uma reunião com o copresidente do INSS e o Ministro da Previdência, buscando encaminhamentos para as demandas dos trabalhadores.

MANTENHA-SE INFORMADO
www.bancariosprudente.org.br

DIVERSIDADE

PARTICIPE DO 4º CENSO DA DIVERSIDADE: SUA RESPOSTA FORTALECE A LUTA DA CATEGORIA



Já começou o 4º Censo da Diversidade no setor bancário, e a participação dos bancários(as) é fundamental para o futuro da categoria. A pesquisa é rápida, segura e pode ser respondida diretamente na intranet do seu banco, onde estarão disponíveis o link e o QR Code específicos de cada instituição.

O levantamento é conduzido pelo Centro de Estudos das Relações de Trabalho e Desigualdades (Ceert) e vai abranger cerca de 405 mil trabalhadores CLT e 5 mil estagiários e aprendizes de 35 bancos, o que representa 93% da força de trabalho do setor, segundo o Caged.

Entre na intranet do seu banco e participe!

Conquista da categoria

O Censo da Diversidade é fruto da Campanha

Nacional 2024 e está garantido na Convenção Coletiva de Trabalho (CCT), Cláusula 136. Para a secretária de Políticas Sociais da Contraf-CUT, Elaine Cutis, a pesquisa é essencial. “A partir deste levantamento, é possível diagnosticar o perfil da categoria bancária e, assim, desenvolver, de forma mais eficiente, as nossas reivindicações nas mesas de negociação com os bancos. O censo, portanto, é um instrumento fundamental na luta por igualdade de oportunidades na categoria bancária.”

Importância histórica

Os três censos anteriores (2008, 2014 e 2019) revelaram desigualdades salariais e de oportunidades para mulheres, negros e negras, pessoas com deficiência e integrantes da comunidade LGBTQIA+. Para a secretária da Mulher da Contraf-CUT, Fernanda Lopes, esses diagnósticos foram decisivos. “Essas pesquisas permitiram comprovar desigualdades e fortalecer a luta sindical por mais equidade no setor.”

Resultados

A divulgação do resultado do 4º Censo da Diversidade está prevista para fevereiro de 2026.

Para mais informações ou dúvidas, acesse: censo.diversidade.org.br

BRADESCO

BRADESCO ANUNCIA DATA DO PAGAMENTO DA 13ª CESTA-ALIMENTAÇÃO

O Bradesco vai antecipar o pagamento da décima terceira cesta-alimentação para o dia 13 de outubro, juntamente com as diferenças do reajuste dos tickets.

Após reajuste de 5,68% em 2025, o valor do vale-alimentação será corrigido de R\$ 874,78 para R\$ 924,47. Já o vale-refeição será majorado de R\$ 50,46 para R\$ 53,33.

A 13ª cesta alimentação é uma conquista dos bancários na Campanha Nacional de 2007. É fruto de muita organização, mobilização e luta da categoria junto do Sindicato.



**siga o sindicato no instagram
[@sindbancariosprudenteregioao](https://www.instagram.com/sindbancariosprudenteregioao)**

COMANDO COBRA E BANCOS ACEITAM NEGOCIAR USO DE TECNOLOGIAS NO MONITORAMENTO DO TRABALHO REMOTO



Em reunião de negociação com a Federação Nacional dos Bancos (Fenaban), ocorrida na quinta-feira (25), o comando trouxe vários exemplos de negociação a respeito do uso de inteligência artificial e novas tecnologias para a contratação, a avaliação de trabalhadores e até nos desligamentos.

“Existem exemplos de acordos, em diversos países, que garantem o direito à não discriminação na contratação, o direito à preservação da saúde, o respeito à desconexão, à transparência, ao acesso dos sindicatos às informações, bem como o acesso dos trabalhadores ao uso dessas tecnologias e da contestação dos resultados das avaliações e do feedback da empresa”, disse a presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores do Ramo Financeiro (Contraf-CUT) e coordenadora do Comando Nacional dos Bancários, Juvandia Moreira.

O comando destacou ainda a necessidade da preservação do home office como modo de trabalho e a necessidade de que haja negociação coletiva efetiva, assim como a necessidade da promoção da governança ética da tecnologia, sem a invasão da privacidade dos trabalhadores.

“Precisamos debater este tema de forma transparente e estabelecer regras e limites para o uso de ferramentas tecnológicas para o monitoramento do trabalho. Os sindicatos e os trabalhadores precisam ter direito à informação e as tecnologias têm que melhorar o trabalho e a vida dos trabalhadores, não os prejudicar”, completou Juvandia.

Voz dos bancários

“Fizemos uma plenária com os demitidos que

contou com a participação de mais de 400 pessoas e vimos que o que mais feriu os trabalhadores foi a ligação deles com a vagabundagem e com a alegação de que eles ‘enganavam o banco’, observou a presidente do Sindicato dos Bancários de São Paulo, Osasco e Região (Seeb/SP), também coordenadora do Comando Nacional dos Bancários, Neiva Ribeiro. A maior parte dos funcionários demitidos pelo Itaú são da base sindical do Seeb/SP. “Muitos eram recém-promovidos e tinham acabado de receber premiações. Não é possível que a gestão tenha errado tanto, pois nem os gestores tinham conhecimento do motivo das demissões”, acrescentou a presidente do Seeb/SP.

“Esperamos que, após a negociação de hoje, possamos avançar no sentido de ter mais transparência para conhecimento do sindicato e dos trabalhadores no uso das tecnologias para avaliação do desempenho e da produtividade e aderência dos trabalhadores”, disse Neiva.

Leia nota conjunta

“Em reunião realizada nesta data (25/09), o movimento sindical e a Fenaban discutiram aspectos do monitoramento do trabalho remoto.

As partes deliberaram pela abertura de mesa específica de negociação, com definição de calendário de reuniões e desenvolvimento de análises sobre o tema, visando à construção coletiva setorial.

Reiteraram, ainda, os princípios que têm norteado as negociações coletivas do setor, inclusive sobre teletrabalho: transparência, respeito à privacidade e governança ética.”

HUMOR

O quê?

Um rapaz vai ao médico e diz:

- Doutor, estou com algum problema. Eu ando esquecendo tudo muito rápido. Um minuto depois, já esqueci.

- E quando isso começou?, perguntou o médico.

- Isso o que, doutor?

SENADO APROVA PROJETO QUE ISENTA IR DE QUEM GANHA ATÉ R\$ 5MIL



A Comissão de Assuntos Econômicos do Senado aprovou, nesta quarta-feira (24), em decisão final, o projeto de lei 1.952/2019 (**PL 1.952/2019**), que isenta do Imposto de Renda quem recebe até R\$ 5 mil mensais e aumenta a tributação das faixas de renda mais altas. O projeto também institui um programa de regularização de dívidas tributárias para contribuintes de baixa renda. A matéria segue para a Câmara dos Deputados.

O próprio presidente da CAE, senador Renan Calheiros (MDB-AL), confirmou que a decisão foi uma resposta à demora da Câmara dos Deputados para votar a proposta do governo sobre a isenção para quem recebe até R\$ 5 mil (PL 1.087/2025).

“Até o presente momento, (a proposta do governo) aguarda decisão para ser pautada no Plenário da Câmara, gerando expectativas negativas quanto à tramitação deste tema, que é de grande relevância para a correção de injustiças tributárias com as pessoas de menor renda”, afirmou Renan.

Alterações

O projeto zera o Imposto de Renda devido pelos contribuintes que recebem até R\$ 5 mil reais por mês - ou seja, até R\$60 mil por ano. Além disso, reduz parcialmente o imposto de quem recebe entre R\$ 5 mil e R\$ 7.350, de forma proporcional: redução maior para quem se aproxima do valor mínimo, e decrescente à medida que a renda aumenta. Hoje, é isento do Imposto de Renda quem ganha até dois salários-mínimos - R\$ 3.036 por mês, no valor atual.

Renan Calheiros apontou em seu parecer que o mecanismo de redução decrescente evita descontinuidade e assegura progressividade, corrigindo parcialmente a "defasagem histórica" da tabela do Imposto de Renda.

Outra medida é a atualização do limite para as deduções simplificadas, que passa dos atuais R\$ 16.754,34 para R\$ 17.640.

O relator acatou emenda apresentada pelo senador Esperidião Amin (PP-SC), durante a reunião desta quarta, que permite que as contribuições para equacionamento de resultados deficitários de Entidades Fechadas de Previdência Complementar não estejam submetidas ao limite de 12% da renda bruta anual tributável da declaração do Imposto de Renda.

Novo imposto

A proposta também estabelece que pessoas físicas que tiverem lucros superiores a R\$ 50 mil por mês provenientes de uma empresa deverão pagar IR, com retenção na fonte e alíquota de 10% sobre o total do lucro. Em relação à tributação anual, essas pessoas físicas ficarão sujeitas ao Imposto sobre a Renda das Pessoas Físicas Mínimo (IRPFM), criado pelo projeto. A alíquota do novo imposto será de 10% para rendimentos maiores do que R\$ 1,2 milhão por ano. Para os rendimentos entre R\$ 600 mil e R\$ 1,2 milhão, a alíquota vai variar linearmente de zero a 10%.

Para evitar tributação dupla sobre esses contribuintes, o projeto limita a carga tributária incidente sobre lucros distribuídos: ela será, no máximo, a soma das alíquotas nominais do Imposto de Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ) e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL). Caso esse limite seja ultrapassado, o IRPFM será reduzido.

Lucros enviados ao exterior

Outra alteração é a taxação de lucros enviados ao exterior, que também ficarão sujeitos à incidência do Imposto de Renda na fonte, com a alíquota de 10%. Hoje, esses valores são isentos do imposto.

O texto prevê, porém, que, quando a soma das tributações interna e externa sobre esses valores for maior do que o valor que seria pago como Imposto de Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ) e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), o governo federal retornará o valor pago a mais à pessoa jurídica por meio de um mecanismo de crédito.